



CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

Conteúdo programático de prática processual

DIREITO DE FAMÍLIA, TRIBUTÁRIO E PENAL

Regras para elaboração da Pasta:

1. Todas as atividades devem ser realizadas de forma **MANUSCRITA**.
2. As peças **MANUSCRITAS** devem ser realizadas na **Folha Modelo 2 fase OAB FAM**, disponível no site **www.vemprafam.com.br/NPJ**.
3. Os relatórios relativos as audiências assistidas devem ser elaborados de forma **MANUSCRITA** no **Relatório de Audiências**, devidamente assinado, caso seja realizada presencial; caso seja realizada pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, necessário anexar o **certificado** emitido.
4. Para a aprovação da pasta, **todos os itens abaixo devem ser realizados e datados do segundo semestre de 2024**. A ausência de qualquer de uma das atividades propostas gera a reprovação.
5. Todas as tarefas devem ser postadas no canvas, na data determinada, em formato **PDF em arquivo único**.

1. Prática Processual Civil - Direito de Família

1.1. Peça processual a ser desenvolvida (manuscrita)

Carlos e Lucas começaram a namorar em 2010 e, em 2012, decidiram morar juntos, estabelecendo uma união estável. Ao longo da convivência, adquiriram um apartamento em 2014, financiado pelo sistema de habitação, cujo valor total é de R\$ 500.000,00, dos quais R\$ 300.000,00 foram pagos durante a união estável com recursos comuns. Também compraram um carro em 2016, avaliado em R\$ 60.000,00, pago integralmente à vista. Além disso, Lucas recebeu uma herança de R\$ 200.000,00 em 2018, a qual utilizou para adquirir um imóvel em seu nome, destinado a investimentos. Em 2023, o relacionamento entre Carlos e Lucas se deteriorou, levando à decisão de encerrar a união estável. Carlos solicitou a partilha dos bens adquiridos durante a convivência, mas Lucas discordou, alegando que o imóvel adquirido com a herança não deveria ser partilhado. Com base nessa situação hipotética, apresente e desenvolva a peça processual cabível, abordando os seguintes pontos: sobre os seguintes pontos: 1 - **Reconhecimento da União Estável**: Como se dá o



CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

reconhecimento jurídico da união estável no Brasil e quais são os requisitos legais para sua configuração? 2 - **Regime de Bens:** Qual é o regime de bens aplicado à união estável, na ausência de um contrato escrito entre os companheiros? 3- **Partilha de Bens:** Quais bens adquiridos durante a união estável são partilháveis e como se dá essa partilha, considerando os bens descritos na situação hipotética? 4- **Exclusão de Bens:** Como deve ser tratada a questão do imóvel adquirido por Lucas com a herança recebida? Esse bem deve ser partilhado?

2.Prática Tributária e Processual Tributária

2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

O Estado Y, enfrentando dificuldades financeiras e perda de arrecadação devido a mudanças na legislação tributária federal, criou uma nova taxa denominada “Taxa de Expansão Econômica” sobre operações de vendas interestaduais de mercadorias. Esta taxa é calculada com base no valor da venda das mercadorias destinadas a outros Estados e deve ser paga pelos comerciantes no momento da saída das mercadorias do estabelecimento. A empresa ABC Ltda., que realiza vendas interestaduais, discorda da legalidade da taxa e, portanto, deixou de efetuar seu pagamento. Após a autuação pela Receita Estadual e não tendo obtido sucesso no processo administrativo, o débito da empresa foi inscrito em dívida ativa e uma execução fiscal foi ajuizada na 5ª Vara de Fazenda Pública do Estado Y. A empresa ABC Ltda. foi citada e, após a nomeação de bens, a penhora foi formalizada em valor suficiente para garantir a execução. Com a penhora realizada, a empresa procura seu advogado para promover a defesa na execução fiscal e evitar a excussão dos bens penhorados. **Problema:** Como advogado(a) da empresa ABC Ltda., redija a peça processual adequada para a defesa da sua cliente na execução fiscal. A peça deve abranger todos os fundamentos jurídicos possíveis para contestar a cobrança da taxa e proteger a empresa de eventuais danos decorrentes da excussão dos bens penhorados. Considere os seguintes pontos em sua peça: 1. **Legitimidade da Taxa:** Argumente sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da “Taxa de Expansão Econômica” instituída pelo Estado Y, considerando a competência tributária e os princípios constitucionais tributários. 2. **Exigibilidade do Crédito Tributário:** Discuta a

CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

legalidade da cobrança da taxa com base na legislação vigente e na necessidade de observância dos princípios da legalidade e da anterioridade tributária. 3. **Procedimento da Execução Fiscal:** Examine a regularidade do procedimento da execução fiscal, incluindo a validade da penhora e a proteção dos bens da empresa. 4. **Medidas de Defesa:** Proponha a medida judicial mais adequada para contestar a cobrança da taxa e impedir a excussão dos bens penhorados, fundamentando sua argumentação com base em jurisprudência e doutrina relevante. Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

3. Prática Processual Penal

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Josafá da Silva, agricultor, casado, pai de dois filhos, é abordado ao sair de casa por dois meliantes, que invadem sua residência. Os bandidos, ameaçando matar a esposa e filhos do agricultor, exigem dinheiro, que Josafá, homem de poucas posses, informa não possuir. Os assaltantes, mantendo como reféns os familiares de Josafá, exigem que este desconte cheques de sua titularidade junto ao comércio local, como forma de levantar rapidamente a quantia exigida (R\$ 2.000,00 – dois mil reais), não obstante Josafá informe que não possui esse numerário no banco. Ante as ameaças dos bandidos, o agricultor, desesperado, dirige-se à farmácia de seu Josué, apresentando-lhe um cheque e solicitando que trocasse o título por dinheiro. O farmacêutico prontamente atende ao pedido, sem maiores indagações, em face da notória honestidade de Josafá. Logo a seguir dirige-se ao posto de gasolina de Josias adotando o mesmo procedimento. Com isso consegue obter a quantia exigida e entrega o resgate aos bandidos, que ainda o ameaçaram, mandando-o ficar calado, caso contrário voltariam para matá-lo. No dia seguinte, Josué e Josias dirigem-se à agência bancária, onde apresentam os cheques recebidos, que, por estarem sem provisão de fundos, tem o pagamento recusado. Josué e Josias dirigem-se à delegacia, onde prestam “notitia criminis” e oferecem representação contra Josafá. Este foi indiciado por dois estelionatos, na modalidade fraude por meio de pagamento com cheque, em continuação delitiva. Sabendo da “notitia criminis” contra ele



CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

prestada, Josafá dirigiu-se à casa de Josué e Josias, onde quitou o débito, e, em seguida, apresentou os cheques resgatados na delegacia. Ainda assim, o Ministério Público denunciou o agricultor por estelionato continuado. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Cuiabá determinou a citação de Josafá. O denunciado procura auxílio profissional, constituindo o examinando como seu patrono. Questão: Na qualidade de patrono de Josafá, elabore a peça processual cabível, que melhor represente os interesses do seu constituínte.

4. Audiências e visitas especificadas

4.1. Assistir 03 (três) **audiências** de instrução e julgamento, da **Justiça do trabalho**, de forma presencial ou pelo site <https://audiencionline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades e anexar **o certificado**.

4.2. Assistir 03 (três) **audiências** de custódia, da **Justiça Comum Criminal**, de forma presencial ou pelo site <https://audiencionline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades e anexar **o certificado**.

4.3. Realizar 01(uma) **visita presencial** à escolha do aluno a tribunais, delegacias, IML, museu da polícia judiciária, organizações não governamentais de carácter jurídico, museu de natureza jurídica, bem como qualquer visita proposta pela instituição, **realizando relatório**, acompanhado de carimbo e assinatura do referido órgão.

5. Prática Jurídica Real – 40 horas

- A **prática jurídica real** poderá ser cumprida pela realização de **Estágio Externo**, mediante preenchimento de Termo de Compromisso de Estágio e declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil), ou de outras empresas ou órgãos públicos.
- A **prática jurídica real** também poderá ser cumprida junto ao **Núcleo de Práticas Jurídicas** realizando atendimentos à comunidade vulnerável socioeconomicamente, fornecendo



CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

informações, orientações, reclamações administrativas perante órgãos de proteção ao consumidor e acompanhamento em mediações familiares. Não havendo demanda da população, será indicada atividade substitutiva.